

A QUESTÃO DA TERRA NO SEMI-ÁRIDO NA ÓTICA DO GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (GTDN): UMA ANÁLISE CRÍTICA.

Alexandre Black de Albuquerque¹

1. INTRODUÇÃO

Em 1959 o GTDN formulou um documento intitulado “Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste” e que ficou mais conhecido como “DOCUMENTO GTDN”. Nele era feita uma análise sobre os problemas nordestino numa visão “cepalina” da situação. Todo o poder de análise desenvolvido pela CEPAL² é utilizado para superar a tese “Hidráulica” que defendia que o atraso nordestino era consequência das secas que regularmente assolam a região. O documento demonstrava que, na verdade, o desenvolvimento histórico diferenciado das diversas regiões que compõe o Brasil determinavam os diferentes graus de acumulação em que se encontravam.

Começava alertando que “O Nordeste brasileiro se singulariza no Hemisfério Ocidental como a mais populosa zona de nível de renda inferior a cem dólares” (GTDN, p. 7, 1959) e seguia dizendo que, como tínhamos uma renda mais concentrada que no resto do país, a desigualdade era bem mais pronunciada. Afirmava que o crescimento econômico da região estava abaixo da média nacional, o que agravaria ainda mais a situação num futuro próximo. Defendia a tese de dois sistemas econômicos contraditórios, um de alta produtividade e outro de baixa, que estavam se distanciando cada vez mais pela própria política de desenvolvimento então em prática, envolvendo subsídios e preferências que eram, em grande parte, absorvidos pelo centro dinâmico, ou seja, o mais pobre, em parte, financiava o mais rico. Afirmava que a industrialização com apoio do governo federal era a única forma de reverter o quadro de penúria da região Nordeste e advogava o aumento da

¹ Estudante de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco.

² CEPAL(Comissão Para América Latina e Caribe) – Órgão da ONU (Organização das Nações Unidas) criado em 1948 com o objetivo de estudar e incentivar a cooperação econômica na América Latina. Ficou conhecida por criar uma teoria sobre o subdesenvolvimento onde as transações econômicas centro-periferia tinha papel de destaque.

produtividade agrícola sem deixar de fazer uma leve crítica ao modelo de combate as secas até então posto em prática.

No capítulo 1 o documento demonstrava como a renda *per capita* do Nordeste era menos de um terço da do Centro-Sul e concorria, ou mesmo era superada, com a de países como Bolívia e Paraguai, dois dos estados mais pobres das Américas. Afirmava ainda ter a região uma proporção maior da população no setor rural, com menor quantidade de terra por trabalhadores, menos capital invertido na agricultura e uma indústria bem menos produtiva. Como consequência, uma renda média bem mais baixa e bem menos possibilidades de inversão desde que o capital procura áreas com maiores possibilidades de retornos como era o caso de São Paulo com seu mercado interno e sua infra-estrutura bem mais desenvolvida. Uma cuidadosa análise das estatísticas era feita para provar que as diferenças regionais estavam aumentando e ia além, afirmando uma flagrante desvantagem nas relações econômicas com o Centro-Sul que, entre outras coisas, reverteria para esta última região em importações de maquinário industrial o superávit que o Nordeste tinha em seu comércio exterior:

Duas conclusões de significação já se impõem...A primeira é que o Nordeste, fornecendo divisas ao Centro-Sul, tem contribuído para o desenvolvimento desta última região com o fator nela mais escasso: capacidade de importação. Pagando com divisas parte substancial do que adquire no Centro-Sul, o Nordeste vem contribuindo para dar maior flexibilidade à oferta nessa região. A segunda conclusão é que o Nordeste constitui um mercado de maiores proporções para o Centro-Sul, que a inversa; em outras palavras, o Centro-Sul vende no Nordeste quantidade substancialmente maior de mercadorias do que compra. De resto, como as exportações do Centro-Sul para o Nordeste se compõem principalmente de manufaturas, pesando nas exportações nordestinas muito mais as matérias-primas, cabe concluir que a discrepância a favor do Centro-Sul ainda é maior se se mede o intercâmbio em termos de emprego criado nas duas regiões. (GTDN, 1959, p. 25).

Logo, o Nordeste tinha, segundo o GTDN, sua responsabilidade no desenvolvimento do país. O documento não põe em cheque a política econômica adotada e

concorda explicitamente com o protecionismo, mesmo que ele fizesse com que o Nordeste tivesse que importar bens mais caros, e de menor qualidade, de São Paulo do que faria do exterior. Claramente há uma tentativa de sensibilizar o governo federal, e a sociedade do Sudeste, com argumentos técnicos para que se criasse uma política de investimentos produtivos diferenciada para a região.

2. O NORDESTE DINÂMICO

No capítulo dois o documento busca ressaltar alguns elementos dinâmicos da economia nordestina, o objetivo é demonstrar que com algum apoio do governo federal nos pontos certos a economia da região poderia aumentar consideravelmente sua taxa de crescimento e critica como até então se davam os gastos da união, “devido ao seu caráter assistencial, são gastos que quase nenhum efeito tem na estrutura econômica e na capacidade de produção do sistema” (GTDN, 1959, p. 33). O problema apontado pelo documento era que os gastos federais consistiam fundamentalmente de subsidio ao consumo dos pobres em período de seca. Claro que parte desses gastos eram permanentes, mas não tinham o poder de aumentar a capacidade produtiva. Algo como uma esmola permanente. Desta forma, tornava-se fundamental ampliar os investimentos produtivos na região de forma a imprimi-la uma dinâmica de crescimento auto-sustentada. E o setor secundário deveria ser a área a receber a maior parte dos incentivos, neste ponto, o documento era explicito e até escrito com ares de tragédia:

Na verdade, se para o Centro-Sul do Brasil a industrialização é uma forma racional de abrir o caminho ao desenvolvimento, para o Nordeste ela é, em certa medida, a única forma de abrir esse caminho. Caso se demonstrasse que a solução é inviável, não restaria ao nordeste senão a alternativa entre despovoar-se ou permanecer como região de baixíssimo nível de vida.(GTDN, 1959, p. 52).

A esta altura o documento informa os dados do crescimento recente da produção industrial da região, demonstrando que, além de ser inferior ao do Sudeste, não estava

gerando emprego em quantidade necessária para absorver o excedente da população local. A tragédia, por tanto, se avizinhava. Urgia a ação do Estado para evitar o pior e o documento afirmava que a região estava pronta para tal ação pois contava com um razoável mercado interno, eletricidade gerada pela hidrelétrica de Paulo Afonso, matérias-primas, mão-de-obra barata e em quantidade, além disso, o país já contava com instituições para por em andamento um plano de desenvolvimento regional como o BNDE e o BNB.

A indústria sozinha, no entanto, seria incapaz de gerar todo o emprego necessário. Segundo o GTDN, seriam necessários vinte anos de crescimento industrial sem aumento da produtividade para dar emprego ao excedente de mão-de-obra existente em 1956, ou seja, teria que ser gerada ocupação em outros ramos da economia e o ramo com maior capacidade de gerar esses empregos era, na visão do GTDN, a agricultura. Para isso, deveria ser posta em prática uma política de irrigação das zonas áridas e de deslocamento da fronteira agrícola em direção ao Maranhão. O documento alertava para a baixa produtividade agrícola regional e para os elevados custos de comercialização que tornavam os produtos da sexta básica mais caros nas principais capitais do Nordeste do que no Rio de Janeiro ou São Paulo, mesmo tendo em vista o menor padrão de renda local. Isso elevava o custo da mão-de-obra, diminuindo uma das poucas vantagens que o Nordeste tinha em relação ao Sudeste, logo:

Pode-se, afirmar, por tanto, que o ponto mais fraco das indústrias do Nordeste reside na própria agricultura da região. Destarte, o primeiro objetivo de um plano de industrialização terá que ser o de modificar a tendência ao encarecimento relativo dos alimentos. A reestruturação da agricultura nordestina, visando um uso mais racional e intensivo dos recursos escassos de terra e água, constitui um pré-requisito da industrialização. (GTDN, 1959, p. 61).

Sem embargo, essa reestruturação da agricultura regional atacaria dois problemas ao mesmo tempo: geraria emprego e renda e diminuiria o preço dos alimentos reduzindo o custo da mão-de-obra e aumentando a competitividade da indústria local e,

conseqüentemente, atraindo mais investimentos produtivos para a região. A escassez crônica de alimentos, boa parte do consumo local era importado do Centro-Sul era, aos olhos do GTDN, uma das principais razões de nosso atraso relativo. Esta teoria “alimentar” era muito cara a CEPAL e esse não foi o único ponto onde as idéias nascidas naquele órgão da ONU influenciaram o GTDN.

3. O PROBLEMA DAS SECAS

As secas que periodicamente assolam o Nordeste, sobretudo a região semi-árida, constituem, na visão de muitos, o principal problema da região. O chamado “problema hidráulico” foi, por décadas, o ponto de ação do Estado na região. Através do DNOCS por mais de quarenta anos os investimentos do governo federal no combate as secas obtivera resultados pífios, nos anos cinquenta já estava claro que tal abordagem havia falhado. Em sua terceira parte, o “DOCUMENTO GTDN” tenta demonstrar de forma metódica como a seca, na verdade, era potencializada pela estrutura econômica do semi-árido baseada, em grande parte, na agricultura de subsistência, ou seja, havia possibilidade de abrandar o problema. A baixa produtividade da região não estaria totalmente ligada a esse fenômeno climático e mais, o aumento da produtividade seria a forma de, na medida do possível, contornar o problema:

O tipo da atual economia da região semi-árida é particularmente vulnerável a esse fenômeno das secas. Uma modificação na distribuição das chuvas ou uma redução no volume destas que impossibilite a agricultura de subsistência bastam para desorganizar toda a atividade econômica. A seca provoca, sobretudo, uma crise da agricultura de subsistência. Daí, suas características de calamidade social. (GTDN, 1959, p. 65).

O documento segue fazendo uma análise do impacto da seca de 1951 e 1958 e chega à conclusão que, em termos econômicos, seu impacto é limitado pois afeta,

sobretudo, a área de subsistência da economia nordestina e, portanto, a quebra de produção pouco afeta a renda e as trocas econômicas do resto do Nordeste, no entanto, seu impacto social é imenso, pois milhões de pessoas tiram seu sustento da agricultura de subsistência, exatamente a que é afetada pelo fenômeno climático. Neste momento, o documento critica a forma de atuação do governo no combate a seca dizendo que as duas formas de ação, a de curto e a de longo prazo, não obtiveram os resultados esperados. De forma precisa o documento demonstra que essas medidas apenas agravam o problema. As medidas de curto prazo, abertura de frentes de trabalho durante a seca, contribuiu para fixar a população na região afetada, criando, desta forma, um excedente populacional que, contraditoriamente, não emigra, aumentando o impacto social da seca. Já as medidas de longo prazo, basicamente a construção de açudes, não estava sendo utilizada como forma de aumentar a área irrigada, na verdade, era o setor pecuário que estava se beneficiando dela, como consequência, houvera diminuição da mortandade do gado e aumento da rentabilidade dessa atividade, desta forma:

Na medida em que tem contribuído para tornar mais rentável a pecuária, a açudagem também contribuiu para reter uma maior massa populacional na região. Mas, como quase não teve consequência no aumento da oferta de alimentos, o resultado paradoxal é que, também, essas medidas de longo prazo contribuíram para agravar os efeitos das secas. Não há como escapar à conclusão de que todas e qualquer medida que concorra para aumentar a carga demográfica, sem aumentar a estabilidade da oferta de alimentos, está contribuindo em última instância para tornar a economia mais vulnerável à seca. (GTDN, 1959, p. 71).

Logo, até então, a intervenção governamental agravava o problema. Segundo o documento, a solução estava, como vimos acima, no aumento da produtividade da agricultura de subsistência, exatamente para que ela gerasse excedente comercializável, aumentando a complexidade da organização social e econômica do semi-árido de forma a se desenvolver uma sociedade mais “resistente” a seca por poder dispor de estoque de alimentos e acesso a renda financeira. Só desta forma faria sentido aumentar a área irrigada e diminuir a área de gado pois, com o fim da agricultura de subsistência, surgiria um

mercado consumidor que aumentaria de tamanho com o aumento da produtividade e da área agrícola plantada: quanto maior essa maior seria aquele.

A produtividade aumentaria pela melhora do pasto e por uma melhor seleção do gado e de sementes. A interação gado algodão, tão cara a região, seria racionalizada de forma a tornar a produção mas resistente a seca. Note-se que, a rigor, não se sugere mudanças na estrutura agrária o que, como veremos depois, faria o documento ser muito criticado. O governo, como coordenador do desenvolvimento regional, entraria com a assistência técnica e financeira. O documento prossegue afirmando que a população total capaz de ser sustentada pelo semi-árido em uma economia monetária era bem menor que a existente naquele momento, qual seria a solução? Instituir uma política de expansão da fronteira agrícola para a área úmida do Maranhão. Para tanto, seria necessário melhorar a malha de transporte existente na região e de serviços básicos na nova fronteira. Essa migração não poderia acontecer antes da produtividade no semi-árido começar a aumentar por uma simples razão: os fazendeiros da região necessitavam de toda mão-de-obra disponível no período de chuva. Além disso, não adiantaria incentivar migração sem que os produtos produzidos na nova fronteira não tivessem mercado garantido sob o risco de se criar uma nova área de subsistência e baixa qualidade de vida. Esse mercado seria o semi-árido com um padrão de produtividade mais elevado. O desenvolvimento da indústria beneficiadora de matérias-primas locais não era descartado mas seu impacto, já dizia o documento, seria relativamente limitado em relação à criação de empregos.

4. O PLANO DE AÇÃO

Em sua última parte o “documento GTDN” elabora um pequeno plano de ação bastante generalista. Prega a mudança das políticas contra a seca através da reordenação do semi-árido tendo em vista utilizar o volume de água já represado. O comando dessa reordenação ficaria com um grupo formado por representantes do DNOCS, GTDN, Banco do Nordeste, BNDE, entre outros. A intenção era formular novas diretrizes para a região com elevado subsídio técnico. O objetivo perseguido era melhorar os

indicadores sociais e tornar a economia da região mais resistente à seca, inclusive estimar o tamanho da população a ser deslocada para uma nova fronteira agrícola. Este último era um ponto vital do programa: não se concebia que o semi-árido fosse capaz de suportar a população então existente. Sem um mecanismo de migração para fora da região não haveria, segundo o documento, sucesso nas ações planejadas.

5. CRÍTICAS AO “DOCUMENTO GTDN”: A QUESTÃO AGRÁRIA

Independente da atuação que a SUDENE viria a ter, e que trataremos mais adiante, o DOCUMENTO GTDN, no que se refere ao seu estudo e soluções para a agricultura nordestina, mereceu críticas, e não só da elite latifundiária local por considerá-lo o início de um processo de reforma agrária que contrariava frontalmente seus interesses, as críticas também vieram, logo após a divulgação do documento e anos depois, de setores favorável a uma ampla reestruturação do campo nordestino exatamente por que não vinham no documento nenhuma intenção de levar adiante esse processo. Funcionário de primeira hora da SUDENE, e braço direito de Celso Furtado, Francisco de Oliveira afirmou no congresso nacional quando da CPI da entidade que:

a Sudene repousou suas esperanças de resolver a questão agrária no Nordeste via os projetos de colonização. Somente alguns anos depois, quando percebeu realmente que os projetos de colonização não seriam, por si sós, capazes de resolver a questão é que a Sudene tratou de elaborar planos que, na verdade, pudessem fazer uma reforma agrária na própria Zona da Mata nordestina... (FURTADO, 2009, pp. 207- 208).

É claro que essa estratégia inicial estava pautada nas conclusões que o GTDN expôs em seu famoso documento. Lá, a questão agrária é tratada com base na produtividade, essa deveria ser aumentada independente da estrutura das propriedades. O próprio Celso Furtado diz, em uma palestra no Instituto Superior de Estudos Brasileiros

(ISEB) em 1959 “Se a operação (reestruturação agrária) se deve fazer pondo pra fora o proprietário...é um problema político...e não compete ao economista”. Não podemos nos esquecer que as idéias da Cepal estavam bastante prestigiadas então e Furtado era uma dos maiores expoentes do pensamento cepalino. Nele, o desenvolvimento industrial e o aumento da produtividade geral da economia eram fundamentais para escapar do subdesenvolvimento, a estrutura agrária não assumia, por enquanto, tanta importância nessa escola. Além disso, Furtado estava numa batalha para a aprovação da Sudene e não podia formular uma política contrária aos interesses do latifúndio, seria um “tiro no pé” e certamente este órgão nunca teria saído do papel. De qualquer forma, na parte do documento onde é tratado as possíveis soluções para os problemas do semi-árido só existem palavras para a questão da produtividade: “o problema dos pastos, das sementes e da água, em função de uma reorganização da unidade agropecuária, a um nível mais elevado de produtividade, para resistir melhor às secas, tem sido objeto de estudo” (GTDN, p.84, 1959) note-se que essa reorganização que o documento fala não é a mudança da estrutura da posse da terra e sim, produzir de forma mais eficiente. O texto prossegue: “a reorganização da economia da zona semi-árida implica especializar a mesma na cultura de xerófilas e na pecuária, e reduzir o setor de subsistência.” (GTDN, p.84, 1959), Essa especialização, depreende-se do documento, seria feita sem tocar na propriedade da terra. Nas palavras de Peter Eisenberg seria uma verdadeira “Modernização sem mudanças” .

A estratégia para a Zona da Mata era mais explícita em relação à distribuição de terras. O GTDN pretendia aumentar a produtividade da cultura da cana-de-açúcar através da melhoria das técnicas agrícolas e, em troca, os proprietários cederiam uma parte de suas propriedades para assentamentos visando a produção de alimentos. A disparada do preço do açúcar com o embargo norte-americano a Cuba pois fim a esse plano. Provavelmente, no entanto, mesmo sem o embargo, essa proposta não seria realista desde que no Brasil terra ociosa é fonte de especulação e reserva de valor e por mais moderada que fosse “essa proposta e seus desdobramentos vão ser o alvo preferido da oligarquia açucareira no decorrer dos anos, não obstante as concessões e as negociações que se pretendia fazer, inclusive durante o regime militar no final dos anos 60 e início dos 70” (GTDN, 1994, p. 62). Jorge Coelho, engenheiro agrônomo e funcionário da Sudene por mais de trinta anos,

criticou o plano de irrigação proposto para o semi-árido que visava aproveitar a água já represada na região pelas obras do DNOCS e seu antecessor, segundo ele, os custos seriam altos e os riscos de salinização do solo extremamente elevados, o melhor seria adaptar a agricultura do local o que, inevitavelmente, em sua opinião, teria que ser feito através da reforma agrária. Além disso, “sedo discordei de Celso Furtado quanto sua estratégia de ocupação de novas áreas, enquanto o semi-árido sertanejo se despovoava por causa das secas” (? ,p. 3), logo, nota-se muitas críticas em relação às propostas em relação à questão agrícola.

6. BREVE EXPLANAÇÃO SOBRE O SISTEMA GADO-ALGODÃO

O Semi-Árido nordestino teve abrangência variada no século XX e, em geral, não englobava todo o Sertão. Até hoje existem divergências sobre o real tamanho da área. Fatores climáticos, geológicos e políticos foram invocados para determinar a abrangência do local, segundo Andrade:

A lei 1.348, de 10.02.1951, autorizou ao DNOCS ampliar a área do polígono das secas para 1.150.680Km² (anteriormente era de 700Km², aproximadamente). A EMBRAPA, baseada 1) na ‘precipitação pluviométrica média anual inferior a 800mm; 2) no ‘índice de aridez de até 0,5, calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial no período entre 1961 e 1990’, e 3) no ‘risco de seca maior do que 60% , tomando-se por base o período entre 1970 e 1990’, encontrou 969.589,4Km². A SUDENE, baseada na área envolvida pela isoietas de 800mm/ano, quantificou a área do Semi-Árido em 900.000Km². (ANDRADE, 2009, pp. 19-20).

Nota-se a extrema dificuldade para demarcar a área, e não sem razão, o Sertão é bem mais complexo, dinâmico e heterogêneo do que muitos imaginam. E os interesses políticos e econômicos que dominam a região também. Ela é caracterizada pelo sistema gado-algodão, e outros subsistemas menos importantes. A economia da região formou-se ao longo dos séculos como fornecedora de animais de tiro, carne e couro para a zona

canavieira. Baseada na pecuária extensiva, a produtividade era baixíssima e grande parte da produção era de subsistência. As seguidas crises do açúcar agravaram a situação. Nas últimas duas décadas do século XVIII, no entanto, a revolução industrial aumentaria brutalmente a demanda por algodão e sendo uma região propícia a esta cultura, que é pouco exigente com as condições naturais diversificou-se e aumentou a circulação monetária, tornando-a mais integrada ao sistema mundial.

por outro lado, no Sertão – zona de pastos pobres – a semente e a folha do algodão se tornaram alimentos básicos do gado na estação seca, bem como as culturas alimentares, que, ao se expandirem junto com o algodão, passaram a ser igualmente utilizadas como alimento de rebanho, uma vez terminada a colheita...desse modo, os grandes proprietários podiam aumentar seus lucros associando o algodão a atividade econômica tradicional. (SILVA, 1982 , p. 37).

Logo, fica claro como a iteração gado-algodão proporcionou o estímulo para a expansão da economia local e da demografia pois a agricultura necessita de muito mais braços que a pecuária. A estrutura geral da região, no entanto, manteve-se inalterada: grandes latifúndios entrecortados por pequenas propriedades, baixa produtividade generalizada e pouca inovação técnica perpetuando o subdesenvolvimento relativo local.

A deficiência técnica terminaria por expulsar o algodão Nordeste do mercado mundial levando a produção a ser absorvida pelo mercado nacional. Esse fato, inclusive, ajudou no surgimento de uma razoável indústria têxtil regional. Nos anos trinta, no entanto, a produção de algodão em São Paulo teve um grande incremento, em dez anos a produção daquele Estado passou de cerca de 10.000t para mais de 300.000t enquanto o volume da produção nordestina não chegou a dobrar, passou, no mesmo período, de pouco mais de 50.000t para pouco mais de 90.000t. depois de ser expulso do mercado externo a zona gado-algodão viu seu produto ser expulso do mercado interno. A consequência foi à conhecida estagnação econômica.

7. GEOGRAFIA, GEOLOGIA, POPULAÇÃO

O sistema gado algodão cobre uma área de 210.104 km² ou 21,6% do sertão nordestino e está distribuída pelos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, neste último à área se estende por 17.773 km². Quase toda região se insere no Semi-Árido, com precipitações que variam entre 500 mm e 1.000 mm, a média pluviométrica da maior parte do gado algodão, no entanto, está abaixo de 850 mm, além disso, a irregularidade da chuva afeta negativamente a região: chove apenas três a quatro meses por ano e como o teor de insolação da região é alto o solo é, em geral, pouco úmido, mesmo nos anos com média pluviométrica elevada. A geologia contribui na baixa umidade dos solos por predominarem terrenos cristalinos praticamente impermeáveis e de rápido escoamento. Os rios que cortam a região são intermitentes, isso ocorre pois estão totais ou parcialmente inseridos em áreas de escassas precipitações: “Em face disso, o acesso das populações às águas provenientes das precipitações fica condicionado ao armazenamento das mesmas em reservatórios de superfície” (SILVA, 1982, p. 91). O relevo também é capaz de condicionar o nível geral de chuva: nas áreas mais altas os índices pluviométricos tendem a ser mais elevados, como é o caso da região de Triunfo, em Pernambuco. A vegetação predominante na área é a caatinga mas há presença de vegetação de serrado e mata úmida. Em relação a qualidade dos solos a maior parte é imprópria para a agricultura ou pecuária, com raras exceções, e é mais um fator a prejudicar a economia local.

A estrutura demográfica da região evidencia uma população tipicamente rural. o crescimento acelerado das áreas urbanas, no entanto, demonstra o êxodo rural. A maior parte da população economicamente ativa (PEA) trabalha no setor primário e, apesar do nível de escolaridade ter melhorado nas últimas décadas, o analfabetismo ainda é alto. A distribuição de renda segue o padrão do restante do país: é extremamente concentrada. Uma parte considerada da população não dispõe de acesso a serviços básicos como rede de esgoto, eletricidade ou coleta de lixo.

8. ESTRUTURA PRODUTIVA DO SISTEMA GADO ALGODÃO

A grande propriedade agrícola cobre a maior parte da área do sistema gado algodão, o que não constitui necessariamente uma surpresa, logo que o sistema não foge do padrão nacional em relação a distribuição de terras. Segundo Silva a convivência no latifúndio do gado, do algodão e das culturas alimentares são necessárias para a própria reprodução do sistema. O algodão sobrevive no semi-árido e pode ser transformado em pasto após a colheita ocupando a área mais úmida da propriedade deixando para a pecuária extensiva a zona mais seca. Evidentemente o pequeno proprietário não possui terra suficiente para empreender de forma tão pronunciada tal esquema, nesse caso, a uma concentração nas formas de agricultura de subsistência.

O processo produtivo da área é rudimentar. Utiliza mão-de-obra intensiva com baixa qualificação e pouca, ou nenhuma, tecnologia. O rodízio de culturas aumenta os poucos rendimentos. A situação é pior entre os pequenos agricultores: sem acesso a bens imateriais como educação reproduzem em suas terras as técnicas dos latifúndios que são extremamente prejudiciais ao solo, causando erosão e baixa produtividade, uma dessas técnicas é a *broca*, na definição de Barreira:

A broca consiste no desbastamento da ‘mata baixa’ com a foice...a derrubada, o corte das árvores com o machado. Antes da queimada – processo que consiste em atear fogo à mata para eliminá-la – é feito o aceiramento que consiste na limpeza das margens do terreno com a finalidade de evitar que o fogo se alastre a outros lugares. Os restos da queimada são reunidos em pequenos montes e queimados novamente através do processo denominado encoivramento. (BARREIRA APUD SILVA, 1982, p. 146).

Além disso, dependem do trabalho da família para o plantio, a impossibilidade de um ou mais membros não poderem trabalhar certamente acarretará na diminuição da produção.

As relações de trabalho variam. Há a relação de sujeição onde o trabalhador mora na terra e dispõe de uma pequena porção da mesma para plantar e paga por esse “arrendamento” com parte dos bens produzidos e com trabalho para o latifundiário. Na parceria o aluguel da terra é pago com apenas um produto: o algodão, fica vetado outras culturas por ser menos rendosas e impedir o pasto do gado do dono da propriedade. No arrendamento propriamente dito o pagamento é em dinheiro mas só na aparência o rendeiro tem mais liberdade. Não pode plantar o que quiser e sua renda monetária é tão escassa que apenas paga o arrendamento, em geral termina por ter que trabalhar para o proprietário alguns dias por semana em troca de um pequeno salário ou comida. Por fim temos o trabalho assalariado, em geral temporário, vem crescendo a cada ano em detrimento dos tipos anteriormente traçados.

O ponto em comum a todos os tipos de relação econômica entre pequenos e grandes proprietários é a baixa produtividade do trabalho, seja qual for, e a pouca utilização de meios monetários nas transações de venda de trabalho, desta forma, o latifundiário é capaz de criar um poderoso processo de transferência de renda dos pequenos produtores para ele. Essa transferência se materializa na hora em que é comercializada a produção. A parte que cabe aos parceiros e arrendatários é uma fração do valor do produto, algodão, principalmente.

A principal forma de cultura agrícola na região é a de subsistência. Mas de 70% das unidades tem menos de dez hectares e os dados disponíveis demonstram uma tendência de diminuição das unidades produtivas agravando a situação e, dada a baixa produtividade do solo, fica evidente que essas unidades ou não produzem excedentes comercializáveis ou produzem muito pouco. Além disso, segundo Silva “É sobretudo no subsetor de produção de alimentos, que se encontra o mais baixo nível de capitalização da agricultura” (p .173) contribuindo para perpetuar a baixa produtividade do trabalho e do solo e ainda por cima

a posse concentrada da terra faz da propriedade fundiária o eixo da relação de distribuição do excedente gerado no campo, desestimulando, assim, a aplicação

de capital e a elevação da base técnica da pequena produção, ou seja, a sua transformação em atividade capitalizada. (SILVA, 1982, p. 175)

9. DISTINÇÕES INTERNAS

O sistema gado algodão não é homogêneo nem em relação aos tipos de cultura nem em relação à composição das atividades agrícolas. Algumas áreas praticam a monocultura enquanto outras desenvolveram a policultura, sendo essas últimas menos vulneráveis economicamente ao fenômeno das secas e flutuações de preços. Esses diversos arranjos estão ligados à ecologia de cada localidade, se bem que em termos gerais sejam parecidos (clima seco, solos pobres, etc), possuem particularidades suficientemente fortes para justificar tais diferenças. Outro dado relevante foi o surgimento de uma indústria de beneficiamento do algodão na região, e não só de algodão, alguns subprodutos também são beneficiados, como arroz, feijão e milho, além de pequenas unidades familiares que produzem redes e outros utensílios gerando emprego e renda para milhares de pessoas.

Na Mesorregião do Sertão de Pernambuco, objeto de nosso estudo, o sistema gado algodão parece, à primeira vista, fazer menos sentido, de fato, nesse Estado, a maior parte da área gado algodão está inserida num subsistema gado policultura alimentar tradicional. Na verdade, o algodão nesse Estado é descontínuo e ocupa uma área relativamente pequena, mesmo levando em conta apenas a região do sistema gado algodão. As semelhanças ecológicas, geológicas e produtivas, no entanto, fizeram com que Melo, em seu estudo sobre os sistemas agrários nordestino, colocasse a Mesorregião do Sertão de Pernambuco dentro dos limites desse sistema. No município de Triunfo, por exemplo, a cultura da cana-de-açúcar é dominante, em parte pela altitude, que supera os 1000 m, e pelos índices pluviométricos bem superiores a média do Sertão e, em parte, pelos solos de qualidade, algo pouco normal na região.

Normal a toda região é a pecuária. Não importa o arranjo entre as culturas agrícolas sempre aparecerá, em menor ou maior escala, o gado. Segundo Silva é uma pecuária “ultra-extensiva” e de baixa densidade de valor e “A elevada participação do

rebanho bovino no efetivo total do Sertão Norte evidencia sua importância na economia pastoril da área” (SILVA, 1982, p. 253), é a famosa economia do couro pois “trata-se de uma pecuária tradicionalmente voltada para produção de carne e, só secundariamente, para a produção de leite” (SILVA, 1982, p. 253). Os problemas encontrados nas culturas agrícolas se repetem na pecuária: baixa produtividade derivada do uso limitado das modernas técnicas de criação expressa no baixo padrão genético do rebanho e do acesso a alimentação de pouca densidade nutritiva. Desta forma “o Sertão Norte, tradicionalmente pecuário, vê-se obrigado a importar gado-em-pé, carne, couro e leite para atender boa parte da demanda de seu mercado consumidor” (SILVA, 1982 p. 257).

Como vimos, a região do sistema gado-algodão é caracterizada pelo clima semi-árido e solos pobres porém, a baixíssima produtividade econômica da área e o péssimo padrão de vida da população local parece estar mais ligado a intensa concentração fundiária e a distribuição desigual de bens imateriais como educação e influência política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Séculos de “desenvolvimento” do Sertão criou, como diria Copérnico, um monstro. E ele resiste a todas as tentativas de modificá-lo. A própria teoria geocêntrica do universo resistiu menos bravamente aos ataques do que a dicotomia Latifúndio-minifúndio que permeia a estrutura sócio-econômica da região, pior, depois de um período onde as críticas se avolumavam hoje em dia qualquer palavra contra o latifúndio é logo desqualificada como idéia atrasada e fora do tempo: “o muro de Berlim caiu há vinte anos, onde você estava?” dizem os arautos do conformismo travestido de “progressistas”. Criada para com a nobre intenção de diminuir as diferenças econômicas e sociais entre o Nordeste e as demais regiões do país, sobretudo o Sudeste, a SUDENE foi incapaz de cumprir seus objetivos, sobretudo na área social. Provavelmente por que concentrou suas ações na indústria, incapaz de criar empregos na quantidade necessária. A autarquia terminou se prestando não as mudanças sociais tão necessárias a região e sim a expansão da acumulação capitalista na periferia do Brasil.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDRADE, Izaias Vasconcelos de. **Pequena Bacia Hidrográfica Semi-Árido: Sem Fome**. Sem Sede. 2 ed. Recife: Comunigraf, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Nordeste: Espaço e Tempo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1970

_____. **A terra e Homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1985.

_____. (Org.). **Capítulos de geografia do Nordeste**. Recife: União Geográfica Internacional, 1982.

COELHO, Jorge. **Algumas reflexões sobre o livro “seca e poder”**. Recife, acervo do Instituto Ricardo Brennand, S/D.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 29 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

FURTADO, Celso. **O Nordeste e a Saga da Sudene (1958 – 1964)**. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

GTDN. Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste. Rio de Janeiro, 1959.

MARANHÃO, Sílvio (Org.). **A questão Nordeste: Estudos sobre Formação Histórica, Desenvolvimento e Processos Políticos e Ideológicos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MELO, Mário Lacerda de. **Regionalização Agrária do Nordeste**. Recife: SUDENE, 1978.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica a razão dualista**. 4 ed. Petrópolis: Vozes/ CEBRAP, 1981.

PELLEGRINO, Anderson César G. T.. **As Idéias da Cepal Sobre a Questão Agrária Latino-Americana**. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/economia/article/viewFile/1983/1644> em 13 de novembro de 2009.

SILVA, Marlene Maria da Silva. **Sertão Norte: Área do sistema gado-algodão**. Recife: SUDENE, 1982.

X ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL
TESTEMUNHOS: HISTÓRIA E POLÍTICA

► Recife, 26 a 30 de abril de 2010.

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Centro de Filosofia e Ciências Humanas

ISBN 978-85-7315-769-7